

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



A DESCOBERTA DO “TÚMULO DE SÃO TORPES” EM 1591

Ricardo Estevam Pereira / Câmara Municipal de Sines – Museu de Sines / sinescastelo@sapo.pt

RESUMO

Em 1591 escavou-se próximo de Sines um monumento funerário, de que nos chegaram relatos coevos e algumas gravuras posteriores. Não se tratou de um achado fortuito, mas de uma acção intencional alicerçada num contexto de Contra-Reforma onde se procura a legitimação das posições do presente, num passado de que se buscam os vestígios materiais e novas formas de os interpretar.

Esta nova disciplina – que virá a ser a arqueologia – que aqui se está a esboçar, surge assim com um papel de peso, poder interventivo e uma atenção por parte dos diversos poderes que hoje de alguma forma podemos invejar.

ABSTRACT

In 1591, near Sines, a funerary monument was excavated. From the excavation survive the contemporaneous accounts and some later engravings. This was not an accidental finding, but an action with an intention rooted in the Counter-Reformation context, when the legitimation of positions was sought in the past, searching for material remnants and new ways to interpret them.

The new discipline here taking shape – that would eventually become Archaeology – makes thus its appearance playing a role and deserving from the powers of those days an attention that somehow we can envy today.

INTRODUÇÃO – DA LENDA À REALIDADE DOS FACTOS

No dia 7 de Junho de 1591, foi escavado um monumento funerário, por ordem do arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança, junto da foz da ribeira da Junqueira, situada alguns quilómetros a sul de Sines. Os presentes não tiveram dúvidas de que estavam perante o túmulo de São Torpes, pelo que tiveram particular cuidado no registo minucioso do que encontraram e no acondicionamento de objectos e fragmentos ósseos, devido à importância devocional de que estes se revestiam, como relíquias de um mártir dos primeiros tempos da Igreja (Velho, 1746). Segundo a lenda, São Torpes vivera no século I e era descendente da casa imperial, onde ocupava elevada posição como valido e mordomo-mor de Nero. Ao ouvir a pregação de S. Paulo converteu-se ao cristianismo o que fez recair sobre si a ira do Imperador. Julgado e condenado à morte, foi decapitado a 29 de Abril de 64, nas margens do Arno, junta a Pisa e ao seu corpo foi dado o terrível destino dos parricidas: foi abandonado à deriva dentro de uma barca velha,

na companhia de um cão e de um galo. Mas miraculosamente nem os animais tocaram nos sagrados despojos, nem a barca se afundou e foi conduzida em segurança até uma praia onde uma virtuosa cristã, Santa Celerina, o esperava depois de ter sido avisada em sonhos por um anjo, para lhe dar sepultura, a 17 de Maio desse mesmo ano.

Esta antiga lenda consta já de velhos martirólogos medievais, mas sem indicação precisa da praia de destino do Mártir, pelo que diversos lugares o reclamam ainda hoje para si. Mas não nos vamos centrar nos curiosos pormenores desta lenda, nem nas polémicas sobre o local de sepultura do santo, mas sim no que se passou nesse dia de finais do século XVI e na nova atitude que aí encontramos, perante os vestígios matérias do passado.

Se hoje é unânime que o que se escavou foi uma anta do Neolítico final (Silva & Soares, 1981, pp. 23-25), temos de concordar que, apesar de erradas as conclusões tiradas em 1591, a descrição minuciosa dos achados então feita é perfeitamente válida e é nela que nos apoiamos ainda, hoje que os objectos desapareceram e o sítio sofreu profundas destruições.

Mas não nos chega dar aqui a conhecer o que se encontrou comprovadamente e como, procuraremos ir mais longe e desenterrar também algumas pistas que ajudem a perceber o que esteve na origem dessa escavação, pois é certo que não se tratou de um achado fortuito, mas sim de uma busca ordenada propositadamente pelo Arcebispo, num sítio preciso e num momento exacto da nossa história.

Este é apenas um capítulo, se bem que fundamental, da longa história das “Relíquias de São Torpes”, que não podem ser hoje apenas vistas como vestígios do Neolítico, mas algo mais rico, como testemunhas da sua própria viagem no tempo, ao longo da qual foram acumulando outras importantes memórias. São assim um interessante testemunho da história da Arqueologia em Portugal, de que outros capítulos igualmente importantes são a publicação da obra de Estevão Lis Velho sobre a vida do Mártir, em 1746, onde surge uma gravura pioneira da placa de xisto gravada, as escavações de D. Frei Manuel do Cenáculo (Delgado, 1940), o testemunho de Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1914 e 1927), que igualmente publicou gravuras das peças, até ao presente onde destacamos o trabalho de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares que enquadraram os achados no contexto arqueológico da área de Sines (Silva & Soares, 1981).

AS FONTES

Os achados desse dia de 1591 estão bastante bem documentados, o que nos permite uma reconstituição com um elevado grau de segurança. Em primeiro lugar conhecemos o conteúdo da acta de encerramento do cofre, onde foram guardados, e onde se relatam os procedimentos realizados e a localização das peças e fragmentos ósseos em relação à estrutura. Este importante documento, redigido pelo protonotário apostólico Pedro Lopes, a 11 de Junho de 1591, foi por sua vez transcrito no termo de abertura deste mesmo cofre, realizado a 6 de Fevereiro de 1695, documento que foi encontrado mais tarde, por volta de 1740, no cofre da Matriz, por Estevão de Lis Velho, Governador Militar da Praça de Sines, que assim consegue dar maior solidez à obra que estava então a escrever, dedicada precisamente à vida de São Torpes e que é a principal fonte de informação para todos os que se debruçam sobre este tema. Curioso é que o autor, não só transcreveu cuidadosamente o documento, como o apresentou

perante dois tabeliães locais que autenticaram a transcrição (Velho, 1746, pp. 164-171).

Outra fonte de máxima importância, mas a que não se tem prestado a devida atenção, é a carta enviada pelo Padre Bernardo Sobrinho, prior de Sines, ao carmelita Frei Manoel Ferreira, datada de 18 de Março de 1640 (Cardoso, 1666, p. 299). Nela são compiladas as informações que se conseguiram obter junto das testemunhas que à data ainda estavam vivas – quase 50 anos passados – como o de Manoel Pereira, de quase 90 anos e que tudo presenciou, Afonso Pirez Coresma e Manoel Fernandez Fogaça, “homens velhos, & dos principaes deste povo, que forão na companhia”, assim como de testemunhos indirectos, como o do padre Francisco de Valladares que o ouvira a seu pai, Pedro Aires, que sendo juiz ordinário da vila acompanhara o Vigário Geral e abriu a sepultura.

Mas não só de palavras vive esta história. A informação contida na obra de Lis Velho é complementada por uma gravura, que representa a placa de xisto gravada e constitui por si só uma importante fonte de informação visual, pioneira na sua época (Velho, 1746, p. 178). O autor, fundador da Academia Problemática, em Setúbal, no ano de 1721, revela uma profunda erudição, assente em sólidas leituras – mais de uma centena de referências bibliográficas – e uma argumentação onde a retórica do Barroco Joanino tende já para um certo despojamento, apesar de permanecer um gosto pela retórica e para os jogos de palavras. Mas mais do que no texto, onde, como vimos, se procura o rigor atestado nas transcrições, é na nova atitude perante o objecto que se reproduz em gravura, como testemunho eloquente da sua própria história, que aos poucos se vai descodificando, que encontramos o maior contributo de Lis Velho para a História da Arqueologia em Portugal. Cabe a Leite de Vasconcelos a inclusão de outras gravuras, primeiro num artigo do *Arqueólogo Português*, em 1914 e mais tarde em *De Terra em Terra*, publicado em 1927, onde reproduz não só a placa de xisto, como a “pomazinha” de barro e o cofre onde se guardavam à data da visita – 1907 – fechado no sacrário da igreja da Misericórdia. O Arqueólogo ainda pensou em tentar obter as peças para o seu museu, mas por um lado pareceu-lhe difícil consegui-lo e por outro entendeu que deveriam ficar ali como testemunhos da obra de Lis Velho, assumindo assim uma rara atitude para a época de respeito pela história moderna dos achados. No entanto o seu espírito

científico levou-o a desmistificar a lenda deixando dentro do cofre um cartão onde esclarecia que não se tratava de relíquias de São Torpes mas sim de peças do Neolítico.

São estas as bases de qualquer trabalho sobre este sítio, hoje que o paradeiro dos objectos é desconhecido e o próprio local, onde se erguera – muito provavelmente uma anta – sofreu profundas destruições, permanecendo aí apenas a base de um singelo cruzeiro erigido em finais do século XVIII, em memória do Santo.

A última referência às relíquias, que até hoje conseguimos encontrar, consta de um artigo de Ferreira da Silva, datado de 16 de Maio de 1928, no n.º33 do jornal local *A Folha de Sines* de 18 de Junho:

“(.. .) hoje guardadas adride no sacrário do altar mór da mesma igreja [da Misericórdia], como objectos absuletos [sic] sem qualquer valôr, inacessíveis ao sentimento religioso e a adoração dos fieis.

Causou-se infinita tristeza o criminoso desleixo a que se acham votadas as reliquias do glorioso martir, como se, tanta impiedade, fosse bastante para lançar no ostracismo, a lenda impressionante que o meu espirito revive comovidamente. Mais do que impiedade é um crime sem remissão, este alheamento propositado, pelas coisas relembram o passado!

No referido sacrario apenas existe, alem da cabeça de Santa Celerina, o osso rádio de S. Torpes, encastoad num antebrço de madeira e uma caixa inteiramente desconjuntada, que envergou-a [sic] á mesa da Misericordia de Sines, contendo uns restos d’ossos atribuidos pela tradição ao glorioso santo, mas que na realidade, pertencem a uma sepultura prehistorica como afirma o distintíssimo ethnologista Dr. José Leite de Vasconcelos, Director do Museu Ethnologico Portuguez, que os examinou em 6 de Janeiro de 1905; una pedaços dum vaso de barro que um curioso tentou unir sem o ter conseguido, atribuidos como pertendo á alampada funebre encontrada junto do sepulcro e uma placa de ardosa ornamentada, nada se sabendo acerca do destino que tiveram os restantes ossos de S. Torpes e da lápide com inscrição latina indicando o dia do seu martirio, encontrada nas escavações de 1595.”

Apesar de alguma confusão com outras relíquias guardadas no sacrário, este testemunho comprova que as “reliquias de S. Torpes” desapareceram mais tarde do que habitualmente se crê.

OS ACHADOS

Se consideramos que esta escavação constitui um importante momento precursor da Arqueologia em Portugal, não é apenas por então se ter escavado em busca de vestígios do passado. É a elaboração da acta, com a descrição dos objectos e da sua disposição relativamente à estrutura edificada, bem como o cuidado posto no acondicionamento e na descrição do mesmo, para que não se perdesse a relação dos objectos com o contexto, que tornam a nosso ver este momento especial.

Apesar da estrutura encontrada não ser por si só descrita, percebe-se pelo testemunho escrito que era constituída por grandes esteios de pedra, dois dos quais foram levados do local e colocados a ladear a porta principal da igreja Matriz de Sines. O recinto estava claramente definido, assim como a sua entrada porque se discrimina o que se achou “na dita sepultura” e o que “foy achado à porta da sepultura da banda de fóra”. Teria uma planta aproximadamente circular porque se refere “a ossada dos corpos, que estavam de fóra do circuito fóra da sepultura” (Velho, 1946, pp. 165-171). Estes dados lembram-nos naturalmente a planta de diversas antas conhecidas na região, o que é perfeitamente coerente com o espólio exumado.

Os objectos encontrados foram apenas dois: “Huma pomazinha quebrada de barro” e “Huma estampa de pedra preta debuxada”, ambos encontrados no interior do monumento. Diversos fragmentos ósseos foram também descobertos, os quais mereceram grande atenção no registo do seu local, assim como no seu acondicionamento, para não se confundirem os ossos atribuídos ao Santo com os que se interpretava como sendo os enterramentos realizados posteriormente à sua volta. O fragmento de crânio encontrado no exterior estava associado a três dentes, que foram cuidadosamente atados na ponta de uma toalha, onde por sua vez se embrulhou a ossada. Guardou-se mesmo a terra que esteve em contacto directo com as ossadas.

O Vigário Geral de Beja Simão Marques e o Notário Apostólico Pedro Lopes revelaram-se assim extraordinariamente cuidadosos no registo da informação de um contexto que estavam ao mesmo tempo a destruir. Não só registaram as peças encontradas, como o seu local, como garantiram no seu processo de embalagem e acondicionamento que essa informação não se perdia, realizando um verdadeiro

relatório, com os elementos necessários hoje à reconstituição do sítio.

OS INTERVENIENTES

Se podemos hoje ter esta certeza quando ao que foi encontrado junto da foz da Ribeira da Junqueira – e diversos autores já o analisaram em interessantes artigos – muito está ainda por esclarecer quanto aos motivos que terão levado o arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança a promover esta busca e o que terá chamado a sua atenção para Sines, onde apenas se deslocou uma vez, com grandes dificuldades devido à distância, no âmbito de uma visita pastoral realizada ao Campo de Ourique, entre finais de 1583 e inícios de 1584. Mas que outros personagens faltam nesta história? Qual terá sido o verdadeiro papel do Papa Cisto V, sempre citado também como tendo enviado um Breve que despoletou todo o processo, mas morto um ano antes da escavação? Estas e muitas outras dúvidas levaram-nos a uma leitura dos acontecimentos ao redor de 1590 em busca de possíveis respostas.

Revendo os documentos verificamos que alguns pormenores têm passado despercebidos e um dos mais surpreendentes, que se encontra na carta de 1640 (Cardoso, 1666, p. 299), é o testemunho do engenheiro militar Alexandre Massai, pronunciando-se favoravelmente sobre a autenticidade das relíquias, pelo pormenor de não se terem encontrado fragmentos do crânio dentro da sepultura, pois, como reza a lenda, o santo fora decapitado e a cabeça tinha-a ele visto na cidade de Pisa.

Não era de esperar encontrarmos um engenheiro militar a interferir num assunto sacro, mas este aspecto é da máxima importância, porque nos abre uma importante perspectiva sobre as mentalidades e o tempo em que tudo isto acontece, assim como nos sugeriu o caminho que aqui vamos seguir ao procurar pontos de contacto entre campos de investigação que habitualmente não se cruzam, como a História Militar, a História Religiosa, a Arqueologia, entre outros, provando que temos a ganhar com uma leitura pluridisciplinar dos acontecimentos.

Começamos assim por rever o papel de Alexandre Massi, nascido em Florença em princípios da década de 60 do século XVI (Quaresma, 2007, pp. 12-33) e que chegou a Portugal em 1589. Logo em 1590 é enviado ao Pessegueiro onde decorriam importantes obras de criação de um porto pelo prolongamento

artificial da ilha, como base económica de uma futura povoação, projecto acarinhado pelo Vice-Rei, Arquiduque Alberto de Áustria e desenvolvido por Filipe Terzi.

Logo no ano seguinte à sua chegada à costa de Sines, descobre-se São Torpes, situado a meio caminho entre o Pessegueiro e Sines. Isto leva-nos a encarar outros pontos de ligação entre São Torpes e o Pessegueiro, que a conjuntura política e ideológica da época ajudam a explicar como as duas faces de uma mesma moeda.

Esta ligação italiana consta da versão oficial dos factos, que atribui a iniciativa do Arcebispo ao cumprimento de uma ordem do Papa Cisto V. Não conseguimos encontrar até ao momento qualquer documento que comprove este facto, atribuído a um pontífice já falecido à data dos acontecimentos. Cisto V teve um curto pontificado, de apenas cinco anos, de grande impacto, implementando uma reforma urbanística de Roma tendo um papel activo na política internacional. A ele se deve o ter convencido um inicialmente renitente Filipe II a invadir Inglaterra para tentar por cobro à Reforma Anglicana. No desaire da *Invincível Armada*, em 1588, podemos ver o preâmbulo destes acontecimentos que se desenrolam logo em torno de 1590/91. As obras do Pessegueiro são então várias vezes atacadas por navios ingleses, obrigando à construção de uma plataforma em terra equipada com canhões e depois de um pequeno forte na ilha. Mas as dificuldades trazidas por estes ataques, juntamente com a força destrutiva do mar, inviabilizaram o avanço dos trabalhos e os esforços foram concentrados na defesa das povoações portuárias já existentes: Sines e Vila Nova de Milfontes.

A facilidade com que as tropas de Filipe II invadiram Portugal, em 1580, tinha posto em evidência a fragilidade das fortificações e da armada portuguesa, pelo que o seu reforço era uma preocupação na ordem do dia. A desprotegida Costa de Sines, palco de uma frente de batalha – se bem que bastante secundária – nesta guerra religiosa, vê muito oportunamente “revelar-se” nas suas dunas, um santo que vem reforçar a legitimidade das posições católicas aqui defendidas.

Olhando os acontecimentos neste prisma não podemos saber até que ponto o recém-chegado Alexandre Massai não poderá ter tido um papel activo na adaptação a Sines de uma lenda vinda, tal como ele, de Itália, assim como o crescente interesse pela escavação dos antigos cemitérios cristãos.

D. Teotónio de Bragança á aqui um protagonista de primeira linha, um homem que está na vanguarda do seu tempo, que visitou Roma e se correspondeu com alguns dos protagonistas da Contra-Reforma como Santa Teresa de Ávila ou São Carlos Borromeu (Agostinho, 1614). Num tempo de consolidação dos ditames tridentinos, o arcebispo procura reforçar a legitimidade do seu poder episcopal, pedindo a Filipe II uma relíquia de São Manços, o primeiro bispo de Évora, convertido directamente por Cristo, e assim legitimar um mandato que se alicerçava nas próprias raízes da Igreja e por isso inquestionável. E é o mesmo arcebispo que ao mesmo tempo manda buscar São Torpes, que fora sepultado pelo próprio São Manços, obtendo assim os testemunhos visíveis da história, de que ele próprio era o sucessor legítimo.

Outro indício claro de que o Arcebispo delineou uma estratégia de reforço do seu poder ao redor de 1590 é o início da construção de um novo Paço Episcopal, que Túlio Espanca situa neste mesmo ano.

O culto das relíquias era um dos principais elementos de discórdia dos Protestantes, que colocavam o centro da sua fé na palavra escrita dos Evangelhos, desprezando o poder dos restos de ossos ou objectos tomados por relíquias. Muitos foram mesmo destruídos, para evitar que se lhes prestasse culto, o que desencadeou processo inverso nos territórios católicos, procurando-se salvar as relíquias em perigo e mesmo promovendo-se a escavações – principalmente em Roma – para a obtenção de novos e mais importantes despojos. Grandes colecções se formaram, com destaque em Portugal para a da igreja de São Roque, engrandecida com a doação de D. João de Borja em 1587, quatro anos apenas antes da escavação de São Torpes.

Por certo que o Arcebispo de Évora não queria ficar em lugar secundário neste movimento, procurando criar para si uma colecção igualmente prestigiante. Mas o que destaca o papel de D. Teotónio é a coerência do seu programa, que reflecte o ambiente humanista da cidade de Évora e em particular o pensamento de André de Resende, em grande parte responsável pela “criação” da biografia de São Manços a partir de uns poucos fragmentos. O mesmo André de Resende incluíra já São Torpes no seu *Breviário Eborense* elaborado para o Cardeal D. Henrique e impresso em 1548. Este humanista para além de completar os grandes vazios que encontrava na investigação com uma fértil fantasia – como era comum na época

– chegou a fabricar falsos monumentos epigráficos para *comprovar* as suas teorias, alguns dos quais se guardam no Museu de Évora, pelo que a invenção de São Torpes pode ser responsabilidade sua, ou do seu círculo cultural, apesar de a escavação ter decorrido bastante depois da sua morte.

D. Teotónio tivera uma educação humanista que incluía a sua passagem pela universidade de Coimbra e viagens pela Europa, bem patente na sua biblioteca, legada em testamento à Cartuxa de Évora e hoje em grande parte na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde se encontram obras de Aristóteles, Heródoto, Juvenal, Séneca e Tácito entre outros autores clássicos. Uma figura do século I, descendente da casa imperial, válido e mordomo-mor de Nero, como o fora Torpes, ter-lhe-á certamente interessado.

O poder, a sua representação e as suas fronteiras são questões plenamente na ordem do dia, não só entre os dois grandes blocos religiosos em que dividira a Europa. São Torpes é um gesto claro do Arcebispo em pleno território sob a jurisdição da Ordem de Santiago, onde a sua jurisdição era limitada. Aconteceu por sua vontade expressa e por mandato do Papa que legitima o seu poder, duplamente reforçado pelos vestígios encontrados dos primeiros santos. Poderá ser também um marcar de posição claro perante a Ordem, no coração do seu amplo território. Gestos como este são frequentes em D. Teotónio, que apesar da grande humildade pessoal, defende acerrimamente a posição do cargo que ocupa, chegando a desafiar a própria Inquisição ao discutir até o tipo de cadeira onde se senta e a sua localização, para sublinhar sempre a hierarquia superior do cargo de arcebispo.

Mas outros protagonistas presentes no território poderão ter sido responsáveis pela chamada de atenção do Arcebispo para São Torpes, como poderá ser o caso dos Eremitas da Serra de Ossa, que detinham um pequeno convento próximo do local da descoberta. No prólogo da sua *Chronica*, impressa em 1745, constatamos que o processo de recolha de dados foi difícil e longo, porque as suas origens míticas eram remotas e os arquivos antigos teriam sido incendiados por ocasião das invasões dos mouros, permanecendo os factos gloriosos do seu passado apenas na memória dos anacoretas, escondidos em gruta durante séculos até à reconquista e à restauração da ordem já em pleno século XVI. Iniciou-se então um processo de recolha dessas velhas memórias, no ano de 1590. Uma coincidência? Ou pode-

rão ter sido os eremitas a desenterrar esta velha lenda de São Torpes – a quem dedicam amplo espaço na sua crónica – registada nos velhos martirologios mas sem indicação precisa do local da sepultura?

CONCLUSÃO

Como vimos nesse anos, ao redor de 1590, a costa de Sines está bem presente no pensamento militar, religioso, histórico, antiquário, etc., condensando-se em São Torpes todo um mundo complexo mas de grande actualidade e com impacto que perdurará. Apesar de se tratar de uma *pequena história* está perfeitamente em consonância com a grande História. Num momento curioso, percebe-se que se trata de uma pequena peça da gigantesca engrenagem da *Máquina do Mundo*, pequeníssimo detalhe mas em perfeita sintonia com um série de mecanismos que fazem igualmente girar as grandes peças: o Papa, o rei Filipe II, o Arcebispo de Évora, bem como os engenheiros militares, até os velhos vaqueiros, os homens notáveis da terra, os pobres eremitas e o escritor, a quem se deve a preservação da memória do que aconteceu nesse dia.

E esta nova disciplina – que virá a ser a Arqueologia – que aqui se está também a esboçar, surge-nos com uma vitalidade, com um papel de peso, um poder interventivo e com uma atenção por parte dos diversos poderes que hoje de alguma forma podemos invejar.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Nicolau (1614) – *Relaçam Summaria da Vida do Illustrissimo, et Reverendissimo Senhor Dom Theotonio de Bragãça, Quarto Arcebispo de Evora*. Evora: Oficina de Francisco Simões.

ANTONIO, H. de S. (1745) – *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. Tomo I. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva.

CAETANO, Joaquim Oliveira (2005) – Os Restos da Humanidade, Cenáculo e a Arqueologia. In *Imagens e Mensagen – Escultura Romana do Museu de Évora*. Évora: Instituto Português de Museus / Museu de Évora.

CARDOSO, Jorge (1666) – *Agiolégio Lusitano*. Tomo III. Lisboa: Oficina de António Craesbeeck de Mello.

DELGADO, Manuel Joaquim (1949) – Sisenando Mártir e Beja sua Pátria (Cópia Fiel do Manuscrito Assim Intitulado. De D. Frei Manuel de Cenáculo Villas-Boas, Existente na Biblioteca Pública de Évora, e Considerações Preliminares). *Arquivo de Beja*, Vol. VI – Fascs. III e IV. Beja.

FABIÃO, Carlos (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope. Fazer e Desfazer História*. N.º2. Fev. 1989.

GOMES, Pinharanda (1984) – *O Arcebispo de Évora Dom Teotónio de Bragança – Escritos Pastorais*. Braga: Edição do Autor.

OLIVEIRA, Jorge de; SARANTOPOULOS, Panagiotis; BALESTEROS, Carmen (1994-95) – Antas-Capelas e Capelas Junto a Antas no Território Português. In *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*. II Série n.º 1. Évora.

QUARESMA, António Martins (2007) – *Alexandre Massai. A “Escola Italiana” de Engenheiros Militares no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII)*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes.

SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (1981) – *Pré-História da Área de Sines, trabalhos arqueológicos de 1972 – 77*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

VASCONCELOS, José Leite de (1927) – *De Terra em Terra. Excursões Arqueológico-Etnográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VELHO, Estevão de Lis (1746) – *Exemplar da Constancia dos Martyres em a Vida do Glorioso S. Tórpes*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa.



Figura 1 – Frontispício da obra de Estevão de Lis Velho, *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes*, 1746.



Figura 2 – Gravura da placa de xisto gravada, *op. cit.*, pp. 178 e 179.

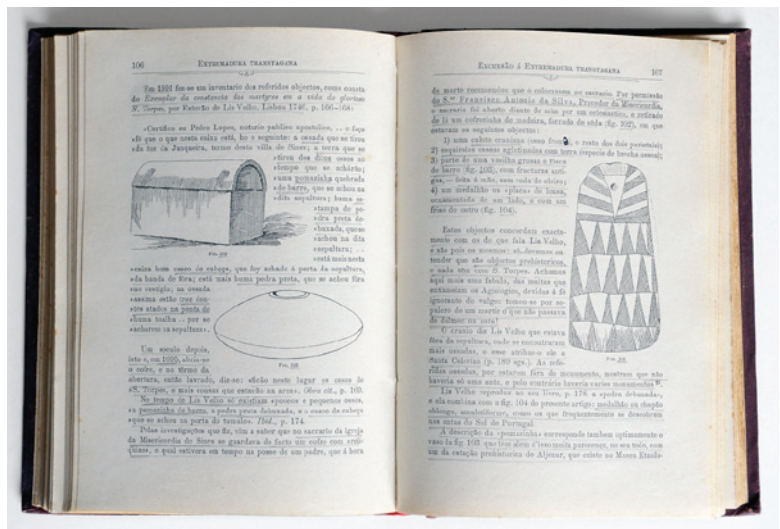


Figura 3 – Gravuras das “reliquias” e do cofre onde se guardavam em 1905, na obra de Leite de Vasconcelos, *De Terra em Terra*, 1927, pp. 106 e 107.

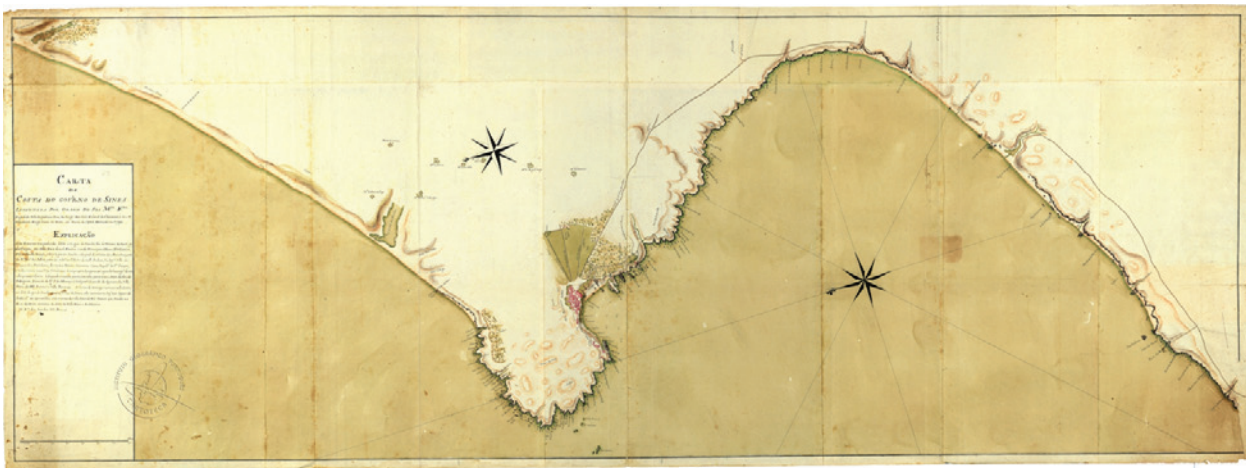
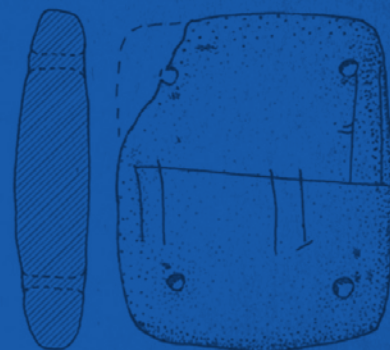
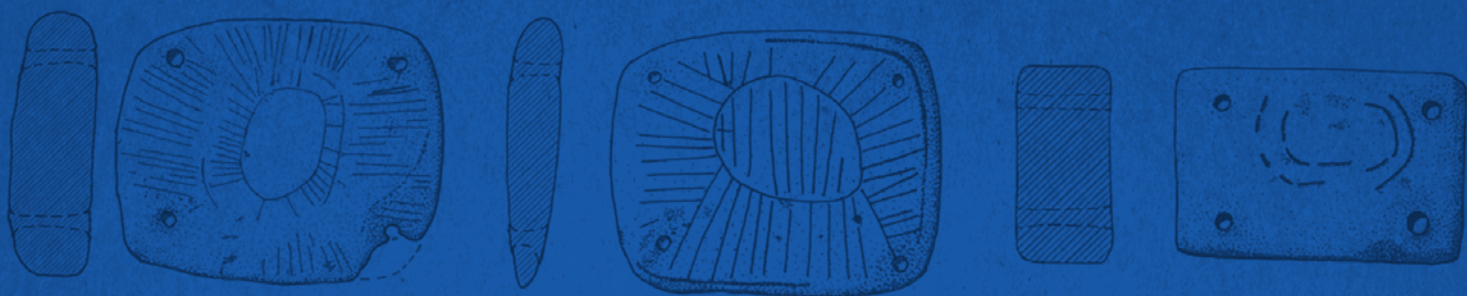
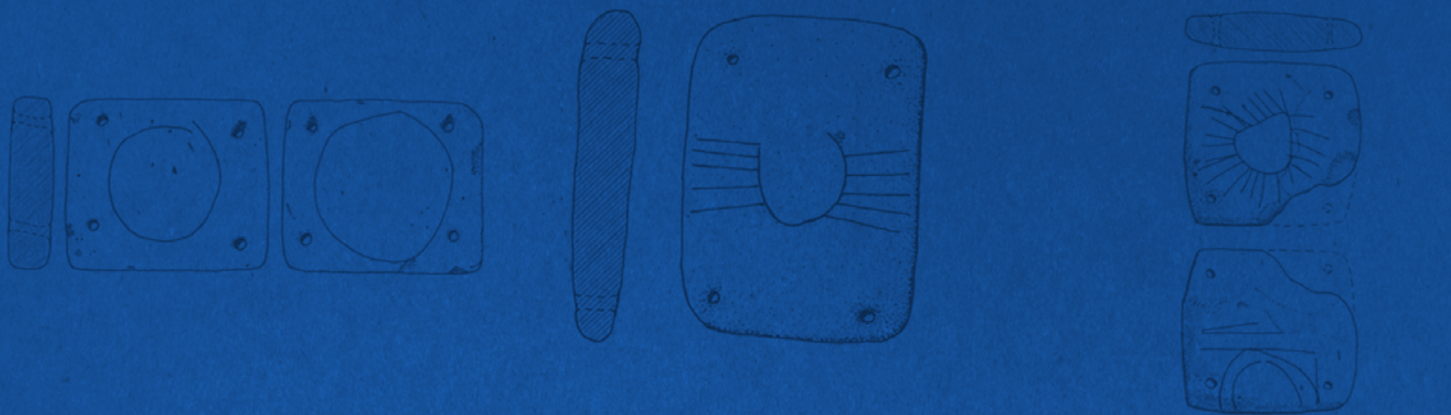


Figura 4 – Carta da Costa e Vila de Sines em 1791 por João Gabriel de Chermont. Instituto Geográfico Português.



Figura 5 – Base de cruzeiro de cantaria, colocada em 1783 no local dos achados.

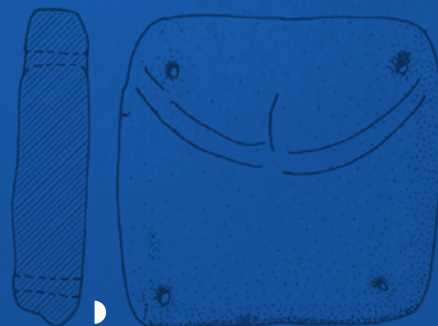


AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial



Apoio institucional



FUNDAÇÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua